

Parecer nº 125/98

Data: 1998.10.07

Proc.nº 458

Requerente: Maria Teresa Matos Costa Ferreira

1. Maria Teresa Matos Costa Ferreira, funcionária de um serviço de saúde, devidamente identificada nos autos, veio requerer à CADA parecer certificativo do seu interesse directo e pessoal relativo no acesso a uma notação periódica, (na vertente "chefia") constante do processo individual de uma funcionária do mesmo serviço.
2. Tendo afirmado em recurso hierárquico de chefes de secção que a funcionária em causa apesar de não exercer funções de chefia tinha obtido pontuação máxima naquele item (o que terá motivado pedido de instauração de um processo disciplinar), pretende a requerente "para apuramento da verdade" acesso à notação de serviço da funcionária em causa naquela vertente. Em documento complementar dirigido à Comissão no dia 28 de Setembro, a requerente forneceu pormenorizada descrição dos termos do conflito de que é uma das protagonistas.
3. De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº.8/95, de 29 de Março, quando os documentos administrativos contenham dados pessoais (que a lei define como "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada"), o acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (art. 7º/2).

A invocação do interesse directo e pessoal, nos termos do n.º 2 do artigo 7º da Lei 65/93, deve ser acompanhada de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração, solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso (artigo 8º).

A existência deste regime geral não exclui a previsão legal de regimes especiais que instituem modalidades de protecção mais estrita dos

valores e interesses em presença (ou, ao invés, mais flexível). No caso da função pública, as notações beneficiam de regime de confidencialidade (Decreto regulamentar nº 57/80, de 10 de Outubro, artigo 18º/1).

O quadro vigente não está, porém, configurado em termos tais que resulte recortada em termos absolutos a confidencialidade. Embora presida às normas vigentes o intuito de evitar a devassa pública de dados respeitantes à "intimidade da vida funcional" dos cidadãos que prestam serviço na Administração Pública, não vai essa protecção ao ponto de excluir a transparência para protecção de interesses sociais relevantes ou de interesses atendíveis de terceiros. A norma deve ser interpretada de modo conforme à Constituição, assegurando-se a compatibilização entre posições jurídicas eventualmente contrapostas. Por outro lado, o acesso mesmo que se revele necessário e adequado, só pode ser admitido de forma proporcionada.

4. No caso vertente, a requerente não pretende consulta integral das notações, mas tão só acesso à parte referente ao elemento chefia, para efeitos de defesa em processo disciplinar.

Cumprе decidir.

Por um lado, não sobram dúvidas de que ao caso é aplicável a LADA. Embora não conste dos presentes autos informação sobre a fase processual em que se encontra, o facto de em fase jurisdicional vir a dispor de direitos de acesso reforçados não obsta à invocação da LADA nos presentes termos e no actual momento.

Em segundo lugar, a requerente pretende comprovar em processo disciplinar situações a que tem aludido publicamente sem para tal dispor da prova documental que agora pretende. Ora não cabe à CADA emitir qualquer juízo sobre os episódios conflituais que conduziram a requerente à necessidade de fazer tal prova. Por isso mesmo, também, não se determinou que a ficha de notação em causa fosse enviada previamente à CADA o juízo a emitir é indiferente ao conteúdo da notação (que, aliás, num dos dois cenários possíveis é susceptível desfavorecer a defesa da requerente).

Compete à CADA tão só apurar se existe interesse pessoal e directo atendível da requerente no conhecimento de uma concreta notação de uma colega.

A CADA entende que, nos termos limitados e para os efeitos em causa há interesse atendível no acesso, que opera, ademais, como elemento de garantia da legalidade e imparcialidade das escolhas da Administração Pública.

Por último, é de notar que "os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais" (artigo 10º/3, na redacção decorrente da Lei nº 8/95 de 29 de Março)

Nestes termos, a CADA emite parecer certificativo do interesse directo e pessoal atendível da requerente para acesso à notação periódica constante do processo individual da funcionária identificada nos autos na vertente "chefia" (e apenas a esta), com vista ao exercício do direito de defesa em processo disciplinar e nas condições decorrentes do disposto no artigo 10º, nº 3 da Lei 65/93, na redacção que lhe foi dada pela da Lei nº 8/95 de 29 de Março

Lisboa, 7 de Outubro de 1998

*José Magalhães (Relator) - Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida
- Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João
Labescat - Castro Martins (Presidente).*